

Media & Jornalismo



Imprensa da Universidade de Coimbra | Coimbra University Press

N.º 35 Vol. 19, N.º 2 - 2019

OS MÉDIA NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO THE *MEDIA* IN CONTEMPORARY PORTUGAL

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
CLÁUDIA HENRIQUES, PEDRO MARQUES GOMES,
SÍLVIA MARQUES TORRES

“Recomeçar a construção do socialismo”: O jornal *A Luta* na revolução de Abril

“Restarting the construction of socialism”: *A Luta* in the April revolution

“Recomenzar la construcción del socialismo”: El periódico *A Luta* en la revolución de Abril

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_8

Pedro Marques Gomes

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social
Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa

Resumo

No período de transição da ditadura para a democracia em Portugal é inegável a relevância dos *media*. Estes criaram factos políticos e estiveram, eles próprios, no centro de alguns dos mais emblemáticos combates então travados.

Neste artigo, analisa-se o contexto dos jornais e do modo de praticar jornalismo na revolução, através de um estudo de caso: do jornal *A Luta*, criado em agosto de 1975. Próximo do Partido Socialista, *A Luta* tomou posições e assumiu-se, inequivocamente, como defensor da legalidade democrática enquanto via política para o futuro do país.

Palavras-chave

imprensa; revolução; lutas políticas, jornalismo revolucionário; *A Luta*

Abstract

In the transitional period from dictatorship to democracy in Portugal, the relevance of the media is undeniable. The media created political facts and were, themselves, at the centre of some of the most emblematic battles them fought.

In this article, we analyze the context of journals and the ways of practicing journalism in the revolution, particularly the case of *A Luta*, created in 1975. With close ties with Socialist Party, *A Luta* established unequivocally as advocate for democratic legality as a political route for the future of the Portugal.

Keywords

press; revolution; political battle; revolutionary journalism; *A Luta*

Resumen

En el período de transición de la dictadura a la democracia en Portugal no es posible negar la importancia de los medios de comunicación. Estos crearon hechos po-

líticos y estuvieron, ellos mismos, en el centro de algunos de los más emblemáticos combates entonces trabados.

En este artículo, se va a analizar el contexto de los periódicos y el modo de practicar periodismo en la revolución, a través de un estudio de caso: del periódico *A Luta* (*La Lucha*), creado en agosto de 1975. Cerca del Partido Socialista, *A Luta* tomó posiciones y se asumió, inequívocamente, como un defensor de la legalidad democrática como vía política para el futuro del país.

Palabras clave

prensa; revolución; luchas políticas; periodismo revolucionario; *A Luta*

No verão de 1975, a revolução portuguesa atravessava o seu período mais radicalizado. Depois de, a *11 de Março*, o poder militar ser institucionalizado – através da criação do Conselho da Revolução (CR) – e ser aprovada a nacionalização da banca e dos seguros, acentua-se o clima conflituoso, sendo apresentadas múltiplas propostas políticas para o futuro do país (Reis, 1993; Ferreira, 2001; Rezola, 2006).

Aos jornais não faltavam acontecimentos para cobrir, personalidades para entrevistar, opiniões para publicar e imagens para ilustrar tudo isso. Porém, a sucessão de episódios e as informações que, sobre eles, chegavam a todo o momento, contradizendo-se frequentemente, constituíam uma dificuldade acrescida ao trabalho do jornalista.

Num período em que a “neutralidade jornalística” era praticamente uma miragem, em que emerge a ideia do “jornalista militante” (Mesquita, 1994a), os jornais foram “atores políticos” (Borrat, 1989, Figueira, 2007) determinantes quando noticiavam ou silenciavam acontecimentos, mas também ao participar e estar no centro de muitos deles, assumindo posições concretas ao longo do Processo Revolucionário em Curso (PREC) (Mesquita, 1994a; Cádima, 2001; Figueira, 2007; Lima, 2012; Gomes, 2018).

Os *media* viveram, entre 1974 e 1975, um período de transformação, com a nacionalização de muitos títulos de imprensa, o fim de vários jornais e a criação de outros, uma vaga de saneamentos políticos que ocorre nas administrações, direções e redações, inúmeros conflitos que se sucedem nas empresas jornalísticas, uma acentuada crise económico-financeira e uma indefinição de políticas públicas para o setor (Gomes, 2018).

As lutas pelo controlo da Imprensa intensificaram-se, sobretudo no contexto do pós *11 de Março*, em que se verifica um crescente protagonismo do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, do setor militar a ele associado (conhecido por «gonçalvista») e do Partido Comunista Português (PCP) na cena política. O relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período sublinha “a influência e a manipulação partidária na Imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda”¹. Vários autores admitem que tal se tratava, efetivamente, de um plano previamente definido por essas forças políticas. O historiador António Reis, por exemplo, fala numa “estratégia de domínio da comunicação social”

¹ A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975), Relatório do Conselho de Imprensa (1979), p. 43.

por parte do PCP, “que já controlava o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário de Lisboa*, a Emissora Nacional e a RTP” (Reis, 1993, p. 430). Por sua vez, Helena Lima destaca “a articulação entre os interesses do Partido Comunista instalados nos organismos de representatividade das redações e do setor da impressão com a cúpula militar que passou a dominar o poder a partir do II governo provisório” (Lima, 2012, p. 207).

Existem já vários trabalhos que nos permitem obter uma visão abrangente de como o clima conflituoso percorreu vários órgãos de informação, desde a televisão e rádio públicas (Rezola, 2014 e Santos, 2017), até aos amplamente mediatizados casos do *Diário de Notícias* (Gomes, 2014), *República* (Rebello, 1994 e Mesquita, 1994b) e *Rádio Renascença* (Ribeiro, 2002), os dois últimos acabando mesmo por ser dos episódios mais marcantes da revolução. Em suma, trata-se, como sustenta Mário Mesquita, de um período em que a “comunicação social esteve sempre na ordem do dia” e em que “os episódios pitorescos, ridículos e tragicômicos multiplicaram-se” (Mesquita, 1994a, p. 378).

Perante este panorama, iniciou-se um movimento de criação de jornais privados², que se apresentavam como alternativas a muitos dos títulos existentes. Desde logo, porque, por serem privados, afastavam-se do “rótulo” dos jornais estatizados, que os identificava com o poder instituído. Depois, porque, *grosso modo*, assumiam como adversários Vasco Gonçalves, os que lhe eram próximos, e, em parte, o PCP, ao contrário de vários dos periódicos existentes. Como nota António Telo, estava a nascer um “movimento de fundo” que alterou “o panorama dos órgãos de comunicação social” nacionais, “onde os periódicos entretanto nascidos se afirmam num crescimento pujante e apresentam uma coloração diversificada” (Telo, 2007, pp. 129-130). Neste artigo, analisamos um desses jornais – *A Luta* – e a conjuntura da sua criação, em agosto de 1975. Procuramos entender as suas particularidades no contexto do jornalismo da época, que objetivos presidiram à sua criação e como se envolveu nas lutas político-militares de então. No fundo, pretendemos aferir qual o papel que este novo periódico desempenhou em 1975. Para tal, seguimos, sobretudo, uma perspetiva histórica, de análise e confronto de fontes diversificadas, como bibliografia variada, recolha de testemunhos de jornalistas e de materiais de imprensa. Adotando uma postura interpretativa e contextualizadora, estudamos o projeto editorial, a organização interna e as circunstâncias em que o jornal surgiu e se desenvolveu e a forma como narrou alguns assuntos políticos.

Do «caso República» à criação de um novo diário

Em maio de 1975, o *República*, que, conjuntamente com o *Diário de Lisboa*, fizera a oposição possível (num regime de censura) à ditadura, vive um momento de grande tensão entre os seus trabalhadores. De um lado, a Comissão de Trabalhadores que decide suspender a direção e chefia de redação sob acusação de estarem ao serviço do Partido Socialista (PS). Do outro, a maioria dos jornalistas do *República* (22 contra 2), que se coloca do lado dos colegas suspensos. O clima rapida-

² Destacam-se, entre outros, o *Jornal Novo* (17 de abril), *O Jornal* (2 de maio), *Tempo* (29 de maio) e *A Luta* (25 de agosto).

mente sobe de tom, passando a um confronto que envolvia, pelo menos, PS, PCP e extrema-esquerda. Em frente à sede do jornal, na Rua da Misericórdia, manifestam-se políticos socialistas como Mário Soares, Salgado Zenha e Manuel Alegre. O *República* acaba selado e noticiado internacionalmente (sobretudo em França), sendo propagada até à exaustão a tese de que o jornal socialista tinha sido ocupado por comunistas³.

Voltará às bancas em julho. À margem do Conselho da Revolução, que determina a reabertura do jornal de acordo com a Lei de Imprensa (segundo a qual a orientação de um jornal deveria ser definida pelo seu director e conselho de redação), o COPCON entrega o *República* à Comissão de Trabalhadores. Surge então, a 10 de julho, com uma redação praticamente toda renovada. Para os socialistas, o que se passava no jornal estava naturalmente inserido na estratégia do Partido Comunista de controlo dos *media*, de que era exemplo a substituição da direção do *Diário de Notícias* (próxima do PS), em abril, por dois diretores ligados ao PCP. Porém, como observa Mário Mesquita, não foram os comunistas que tomaram conta do periódico. “A extrema-esquerda reabriu o jornal transformando-o num órgão de propaganda revolucionária” (Mesquita, 1994a, p. 375), o que sugere múltiplas interpretações, além daquela que é veiculada, ainda hoje, pelos socialistas.

Entretanto, o grupo de jornalistas, diretores (Raul Rêgo e Vítor Direito) e chefe de redação (João Gomes) afastados, lançam, a 29 de maio, um periódico de luta: o *Jornal do Caso República*. O conteúdo tinha naturalmente que ver com a luta do grupo de jornalistas, o que fica explícito no cabeçalho: “jornalistas em luta pela liberdade de expressão”⁴. Ao folhear as várias edições do periódico, o leitor vai tomando conhecimento em detalhe do caso que envolveu o *República*, dos apoios que os jornalistas iam recebendo, de tomadas de posição de figuras de fora do jornal, de textos relacionados com a liberdade de imprensa e ainda os nomes e valores dos cidadãos que resolveram apoiar financeiramente o projeto.

Entre os jornalistas que alinharam na aventura deste projeto encontrava-se João Grego Esteves, segundo o qual “o *Jornal do Caso República* surgiu como um instrumento de resistência”, mas também como forma “de sobrevivência para um conjunto de gente que ficou desempregada e sem acesso a nada”. É então que, perante “o entusiasmo com que foi feito e a receção que teve logo dentro das pessoas, germinou a ideia, que se calhar já estaria em cérebros mais estratégicos, de lançar um jornal”⁵. Francisco Belard, outro dos redatores, lembra a atitude do grupo perante o contexto político então vivido: “Nós não queríamos deixar de fazer jornalismo. Ainda por cima aquilo era quase uma militância. Era também uma luta política, para nós, pela liberdade de expressão”⁶.

A ideia de preparar um novo periódico parte de uma figura bem conhecida da redação, o líder do PS, Mário Soares, que avança com uma proposta aos jornalistas: “a fundação de um novo jornal diário, sucessor do irrecuperável *República*, com a mesma direção, a mesma administração, as mesmas chefias, os mesmos redatores, por-

³ Sobre o «Caso República» veja-se, por exemplo, Mesquita, 1994b.

⁴ *Jornal do Caso República*, 29 de maio de 1975.

⁵ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

⁶ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

ventura acrescentando novos elementos” (Foyos, 2016, p. 101). As reuniões multiplicam-se, tendo Gustavo Soromenho (fundador do PS e antigo administrador do *República*) um papel determinante. “A grande força, a grande alma daquela casa foi o Dr. Soromenho. Foi realmente a força que nos manteve coesos”, lembra a jornalista Helena Marques⁷. Soromenho virá também a ser administrador do novo projeto jornalístico.

As “ruidosas reuniões” decorriam “constantemente” e “toda a gente falava o que queria para tentar estabelecer consensos”. Presente, “a cúpula de jornalistas, que vinha da *República*, uns com mais protagonismo do que outros, e gente ligada ao Partido Socialista”⁸. Optaram por organizar-se em vários grupos de atuação, com tarefas específicas no processo de preparação do novo jornal, que se pretendia que fosse o mais célere possível: “Um pensava como é que se iria organizar o novo jornal, o outro ia fazer um levantamento do custo das impressões em várias oficinas...”, conta Helena Marques⁹.

Um dos debates iniciais prendia-se com o nome a dar ao novo periódico. Em cima da mesa estiveram várias hipóteses. Francisco Belard recorda-se de algumas:

Eu na altura sugeri um título que era *O Mundo*, que tinha sido um jornal antigo. O título era detido pelos irmãos Tavares Rodrigues, portanto não estava disponível. O título *O Diário* também foi falado, mas era considerado demasiado neutro. O Raul Rêgo foi partidário do título que ficou, que era *A Luta*, inspirado no antigo *A Lucta*, de Brito Camacho¹⁰.

Conseguem-se também instalações para a futura redação. Um apartamento, situado num prédio da Rua do Loreto, no “bairro dos jornais”, o Bairro Alto de Lisboa. As condições estavam longe de serem as ideais. João Gomes destaca o empenho da redação, apesar das limitações com que se defrontavam: “Era um andar normal. Nós fizemos a redação ao fundo, onde as pessoas cabiam muito apertadas (...). Dada aquela falta de meios que havia, nós todos recorriamos um bocado a uma militância para que o jornal fosse um êxito”¹¹. Maria Antónia Palla também se refere ao assunto, dizendo que as “condições de trabalho eram precárias”, tendo ficado, com a colega Antónia de Sousa, “instaladas na cozinha”. “Talvez por sermos mulheres...”, relembra (Palla, 2014, p. 166). Apenas o diretor teve direito a um gabinete individual. Mas, a par das instalações, havia também falta de equipamento e materiais. “A redação foi montada com as nossas próprias máquinas de escrever”, conta também a jornalista¹². Terão, porém, havido apoios financeiros internacionais, caso do Partido Social Democrata, da Alemanha.

⁷ Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 2017. João Gomes, no mesmo sentido, recorda o “respeito e consideração” que os jornalistas tinham por Soromenho, dado o seu passado de luta contra a ditadura”. Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

⁸ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

⁹ Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 2017.

¹⁰ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017. Foi então criada uma sociedade cooperativa que, segundo a ficha técnica do jornal, se intitulou “Editorial A Luta, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada”.

¹¹ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

¹² Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 2013.

Um ritmo intenso de trabalho e a ligação ao Partido Socialista

A *Luta* chega às bancas a 25 de agosto, dia em que são feitas duas edições. Jornal diário, vespertino, com 16 páginas e um preço de 4\$00, prometia, no texto de apresentação, esforçar-se “para a construção de uma sociedade onde caibam todos os portugueses, comunidade verdadeiramente socialista e livre”. O “socialismo” está, aliás, marcadamente presente neste texto, até porque, defende o corpo redatorial do jornal, “nem há socialismo sem democracia, sem liberdade de opinião e de expressão”. Quanto ao contexto político vivido – especificamente as lutas políticas entre fações com projetos políticos distintos para o país – também esse é objeto de reflexão no jornal. Mais: sem referir concretamente a quem se dirige, *A Luta* lança várias farpas a aqueles que se imaginam serem os seus adversários em termos político-ideológicos:

Sáímos de uma luta contra o totalitarismo e não vamos depor as armas diante daqueles que, só por se dizerem democratas, se atribuem situações de favor e seguem na esteira dos que, até 25 de Abril, nos algemaram. Não nos interessam os nomes que se deem à tirania, à usurpação, ao fascismo; nem basta dizer-se progressivo para se ser democrata. (...) O que classificávamos de crime antes de 25 de Abril, não vamos agora chamá-lo de virtude¹³.

O cabeçalho da primeira página revelava também a sua “linha orientadora”. A frase escolhida, por sugestão de Mário Soares (Foyos, p. 101) – “Jornal socialista, pluralista e independente” – ainda que longe de ser pacífica, dadas as várias interpretações possíveis sobre os três conceitos, afigurava-se como uma tentativa, por parte do periódico, de fixar uma imagem sobre si próprio. No fundo, demarcar-se dos jornais que tanto criticava e que considerava não se integrarem em nenhum dos três conceitos.

A palavra “socialismo” é, sem dúvida, a que mais interrogações suscita. Ainda que o socialismo possa ser entendido num sentido mais vasto – e que, à época, estava presente na linguagem e linhas de ação de partidos políticos e grupos militares ideologicamente muito distintos – acaba por acentuar ainda mais as ligações do jornal ao PS.

Tendo como administrador um fundador do PS (Gustavo Soromenho) e como diretor (Raul Rêgo) e chefe de redação (João Gomes), além de fundadores, deputados à Assembleia Constituinte pelo partido, as ligações d’*A Luta* ao PS são evidentes. Maria Antónia Palla assume claramente esse facto, algo que, esclarece, não “atingiu” o seu trabalho: “Não me chocou ser um jornal do Partido Socialista, porque o PS, naquela altura, (...) foi a principal força contra uma nova ditadura”¹⁴. O seu colega Grego Esteves é taxativo ao afirmar que não existiu influência partidária “do ponto de vista técnico-profissional da cobertura” jornalística. Nota, porém, algumas tensões que surgiram a este propósito:

Que o jornal era muito próximo do PS, sim. Mas posso dizer-lhe que, já nessa altura, de vez em quando, havia um pouco de tentativa de ajusta-

¹³ *A Luta*, 25 de agosto de 1975.

¹⁴ Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 2013.

mento entre as pessoas do projeto mais próximas do PS e as pessoas que, sendo da área e sobretudo sendo do projeto, não eram nem tencionavam ser militantes do partido. Portanto, logo de início começou a haver uma hipersensibilidade à história do partido meter o pé. E ali valeram na altura muito os valiosíssimos e discretos esforços de uma velha raposa e ultra diplomata que era justamente o Gustavo Soromenho... Lá ia, digamos, apaziguando tensões que iam surgindo¹⁵.

No seio da redação, existiam, segundo Francisco Belard, “pessoas que se sentiam na obrigação de veicular as posições oficiais do Partido Socialista e que o faziam, sem autoritarismo mas faziam-no na prática”¹⁶. No entanto, *A Luta* não deixa de propagar a sua independência partidária, estando essa questão plasmada no Estatuto Editorial. Publicado exatamente um mês após o primeiro número do jornal, o Estatuto referia que o periódico “não é órgão de qualquer partido político”. Garante ainda defender “a unidade das forças progressistas, antifascistas e anticapitalistas”, recusando qualquer tipo de ingerência nos seus conteúdos jornalísticos:

A Luta garante ao público o exercício da atividade profissional dos seus jornalistas em inteira liberdade, não sendo admitida qualquer espécie de censura, interna ou externa, nem interferências do poder político, do poder económico ou de quaisquer grupos de pressão¹⁷.

Perante as acusações que são dirigidas ao grupo de fundadores de *A Luta* de terem criado uma espécie de jornal “oficioso” do PS, este Estatuto Editorial apresentava-se – conforme é, aliás, costume num texto desta natureza – como uma afirmação da sua independência e de luta contra qualquer tipo de controlo da Informação. De acordo com o Estatuto, a direção e o conselho de redação tinham uma posição preponderante em matéria editorial, em representação de toda a redação¹⁸.

Em suma, embora propagando exaustivamente a sua independência, algo comum na Imprensa da época, *A Luta* não conseguirá demarcar-se do PS. No ano de 1975, a proximidade, no plano ideológico, é evidente. Para tal, muitos fatores parecem ter contribuído. Por um lado, o seu conteúdo informativo, mas também as ligações da redação ao partido ou, ainda, as figuras que vão escrevendo artigos de opinião no jornal, também elas próximas ou militantes socialistas, como veremos. Os esforços de afirmação de independência e isenção jornalística terão, portanto, resultado em vão.

Grande parte oriunda do *República* e, depois, do *Jornal do Caso República* (20 dos 24 jornalistas que compunham o seu corpo redatorial), a redação de *A Luta* é composta inicialmente por 27 jornalistas¹⁹. Criara-se uma redação onde convivem jornalistas já

¹⁵ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

¹⁶ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

¹⁷ *A Luta*, 25 de setembro de 1975.

¹⁸ *A Luta*, 25 de setembro de 1975.

¹⁹ Redação inicial de *A Luta*: Raul Rêgo (diretor), Vítor Direito (diretor-adjunto), João Gomes (chefe de redação), Rui Camacho (chefe de redação adjunto), Helena Marques, Vítor Baltasar, José Pedro Castanheira, Júlio Valente (economia/social), Carlos Soares, Marcelino Mesquita, Jorge Morais, F. Sales Lopes (provincia), João Grego Esteves, Eduardo Paz Ferreira, Rocha Viei-

com ampla experiência e outros ainda a dar os primeiros passos. Entre os primeiros, encontramos os nomes incontornáveis de Raul Rêgo (diretor), que passara por títulos como *Seara Nova*, *Jornal do Comércio* e *Diário de Lisboa*, além de ter dirigido e encetado uma renovação no *República* antes de 1974 e ter sido Ministro da Comunicação Social do I Governo Provisório (1974), Vítor Direito (diretor adjunto) e João Gomes (chefe de redação), ambos jornalistas no *Diário de Lisboa* e *República*, ou Álvaro Guerra, escritor com várias obras publicadas e jornalista no *República*, entre outros.

Quanto aos mais jovens, ali iniciaram a sua carreira jornalistas que vêm a dar cartas mais tarde: José Pedro Castanheira, Eduardo Paz Ferreira (prosseguindo depois a carreira académica chegando a Professor Catedrático de Direito) ou Miguel Sousa Tavares, entre outros. Finalmente, refira-se ainda o facto de haver, na redação, quatro mulheres jornalistas, todas com considerável experiência na profissão. Maria Antónia Palla (*Diário Popular*, *Vida Mundial* e que se mantém, simultaneamente, n' *O Século Ilustrado*), Antónia de Sousa (*A Capital* e *República*), Helena Marques (*Diário de Notícias do Funchal*, *A Capital* e *República*) e Maria Augusta Silva (imprensa angolana), que integraram secções como Educação, Economia/Social e Reportagem. Esta última fazendo chegar aos leitores temas pouco explorados numa imprensa diária dominada pelos acontecimentos políticos do dia-a-dia.

A redação d' *A Luta*, organizada de forma clássica – por secções, obedecendo a uma hierarquia – vivia, no entanto, um momento de grande agitação, tentando acompanhar o ritmo dos acontecimentos que ocorriam nos vários sectores da sociedade. Entre as paredes do apartamento da Rua do Loreto o reflexo desse contexto é evidente. O ambiente era de “criatividade permanente, desorganização permanente, conflitos ocasionais e ao fim do dia havia jornal”, descreve João Grego Esteves²⁰. João Gomes corrobora a opinião do colega, acrescentando: “Estávamos constantemente ao telefone, a saber tudo o que havia para que o jornal saísse o mais forte possível. No seu conjunto [pretendia-se] que fosse um jornal de opinião mas que também fosse um jornal informativo”²¹.

Não são reveladas, nem pelo próprio jornal, as suas tiragens. Porém, segundo Pedro Foyos, a tiragem inicial d' *A Luta* fora de 40 000 exemplares (Foyos, 2016, p. 104), enquanto Jean Seaton e Ben Pimlott avançam que a mesma se situava nos 80 000 exemplares, em outubro de 1975 (Pimlott e Seaton, 1983, p. 107).

A opinião no jornal

São três as colunas de opinião d' *A Luta*: “Momento”, “Ponto Crítico” e “De vez em quando”. Sob a pena de jornalistas da “casa”, tratam-se, essencialmente, de textos escritos no “calor” do momento sobre os assuntos do momento. A política nacional domina as

ra (política nacional), Francisco José Oliveira (áfrica), José Gabriel Viegas, Nuno Coutinho, Miguel Sousa Tavares (estrangeiro), Álvaro Guerra, Francisco Belard (cultura/espetáculos), Manuel Arons de Carvalho, Ilídio Trindade (desporto), Manuel Giraldes, Maria Augusta Silva (educação), Antónia de Sousa e Maria Antónia Palla (reportagem). Secretariado de redação: Artur Alpedrinha, Vasco A. Fernandes e António Xavier e Alda Mafra. Juntam-se, depois, nomes como Fernando Dacosta e Martinho de Castro, entre outros.

²⁰ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

²¹ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

atenções dos cronistas, ainda que, por vezes, outras temáticas se sobreponham. Os autores dos textos são três nomes fortes do jornal: Raul Rêgo, Vítor Direito e Álvaro Guerra.

Sendo o diretor do jornal, é Raul Rêgo o autor dos editoriais diários. Chama-lhes “Momento”, o mesmo nome que havia dado aos editoriais que escrevera no *República*. De conteúdo político, destacamos, desde logo, editoriais que se enquadram em três temas caros ao jornal e que revelam a sua orientação editorial. Em primeiro lugar, a defesa da via eleitoral:

Só a vontade do povo conta e não há que iludi-la sob pena de estarmos a fazer divisionismo. A vontade do MFA e do governo não pode ser outra senão a do Povo. Este é quem mais ordena e nas únicas eleições realizadas votou, sem dúvida, pelo MFA de 25 de Abril de 1974 e não pela sua 5ª Divisão ou por outros grupos que o queiram manipular em proveito de um grupo apenas²².

Depois, as críticas à ação de Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro:

Durante mais de um ano o general Vasco Gonçalves esteve à frente do governo e não se pode dizer que o seu contributo tenha sido dos melhores. Conseguiu dividir a sociedade mais do que já estava e mostrou-se o servidor fiel apenas de um partido que nem sequer é dos que mereceu mais confiança ao povo nas eleições²³.

O terceiro, o apoio ao governo de Pinheiro de Azevedo (VI governo provisório):

Impopular a obra que o VI governo tem de realizar? Com certeza; mas é obra de construção que alguns parecem apostados em comprometer com incêndios, acusações e desordens, o conjunto ataçado pelo «verbalismo pseudo-revolucionário de certa informação»²⁴.

Quanto ao “Ponto Crítico” de Álvaro Guerra, também ele vinha do *República*, tendo sido então “inspirado na tradição do “billet” no jornalismo grande referência em Robert Escarpit (no *Monde*), essa breve anotação traduzia-se num animado esgrima, jogado nas entrelinhas, com vista a “driblar” o censor de serviço”, recorda Mário Mesquita²⁵. N’A *Luta*, a fina ironia do jornalista e escritor mantém-se, assim como o recurso a analogias e metáforas. É, porém, o tom crítico – como o próprio título da coluna sugere – o aspeto mais saliente destes textos. Tal é notório, por exemplo, quando se refere à governação de Vasco Gonçalves:

O V [governo] foi um pesadelo, transitório, de passagem, mas carregado de fantasmas e tão agarrado à cadeira como o defunto lente de Coimbra que só abalou quando, de podre, a cadeira cedeu. Tenho cá para mim que São

²² A *Luta*, 27 de agosto de 1975.

²³ A *Luta*, 1 de setembro de 1975.

²⁴ A *Luta*, 15 de outubro de 1975.

²⁵ *Público*, 21 de abril de 2002.

Bento tem feitiço, assim como jazigo de família de onde só se sai ao fim de muito tempo, só ossos e pó, e já sem rasto de saudades²⁶.

Por fim, refira-se a terceira coluna, “De vez em quando”. Era composta por textos curtos, maioritariamente escritos por Vítor Direito, sobre situações ou acontecimentos da atualidade. O jornal publicava ainda, todos os dias, na capa uma caricatura da autoria de Pedro Massano, referindo-se ao assunto e/ou figura em destaque nessa edição.

Além dos jornalistas que assinavam colunas regulares, há um nome que se destaca entre o núcleo de figuras que escreve textos de opinião n’*A Luta*. Trata-se de Natália Correia, poeta, opositora à ditadura, figura polémica da sociedade portuguesa, que colaborara em diversos jornais. Nos seus textos é revelada uma certa desilusão relativamente ao rumo que a revolução tomara e, sobretudo, quanto à ação de alguns militares, particularmente de Vasco Gonçalves.

Ainda que não tão frequentemente como Natália Correia, outros escrevem artigos de opinião n’*A Luta*. Em 1975, o Partido Socialista domina, com alguns destacados militantes a assinarem textos, casos de Manuel Alegre, Salgado Zenha, Marcelo Curto, Mário Sottomayor Cardia ou Vasco da Gama Fernandes. Outros, de áreas diversas – que vão da Literatura à História, passando pelo Jornalismo e pela Filosofia – comentam igualmente a atualidade nacional (e outros temas). Fernando Namora, Eduardo Lourenço, Oliveira Marques ou Norberto Lopes são alguns desses nomes.

A política no centro do jornal

A tónica dominante desde o início d’*A Luta* era, de facto, constituir-se como uma alternativa, sendo defensor da denominada “legalidade democrática” (por contraponto à “legitimidade revolucionária”). Isso é visível quer nos artigos de opinião, quer nos textos de cariz informativo e os próprios jornalistas reforçam esta constatação. João Gomes é um dos acérrimos defensores da posição do vespertino:

Era a luta pela democracia. Nós vivíamos constantemente com receio de que o Partido Comunista pudesse vencer. Foi uma luta em que se puseram em confronto várias posições e nós situávamo-nos do lado de quem estava a defender a democracia. (...) No fundo, o espírito que dominava era esse espírito contra o «Gonçalvismo» e contra o que ele representava²⁷.

Maria Antónia Palla dá conta do ambiente então vivido na redação, em torno dos mesmos ideais: “Gostávamos do que fazíamos e sentíamos que estávamos a lutar contra as tendências totalitaristas que não paravam de se manifestar” (Palla, 2014, p. 167).

²⁶ *A Luta*, 26 de agosto de 1975.

²⁷ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017. Também Francisco Belard corrobora esta posição. Para o jornalista, *A Luta* “era um jornal que se inseria no combate ao que se chama o «Gonçalvismo». Isso é evidente”. Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

Depois das eleições para a Assembleia Constituinte (25 de abril de 1975) – em que o PS sai vitorioso com 37,9% e com o PCP (12,5%) a ficar atrás do PPD (Partido Popular Democrático, 26,9%) – o PS vai sentir-se “legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa de uma via democrático-pluralista contra a hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista” (Reis, 1999:56). No contexto da queda do IV governo provisório, PS e PPD opunham-se à permanência de Vasco Gonçalves e recusam-se a integrar o V governo. Os militares moderados assumem posição idêntica e acabará por ser constituído um Executivo frágil e com manifesta falta de apoios, mas novamente liderado por Vasco Gonçalves (Telo, pp. 149-151). “O confronto entre a via revolucionária e a via eleitoral, protagonizado em termos políticos pelo PCP e seus aliados e o PS” (Ferreira, 2001, p. 170) sobe de tom e *A Luta* posiciona-se a favor da segunda via.

No que diz respeito à análise do conteúdo do periódico nesses primeiros tempos de vida, é, desde logo, notório que o jornal se opõe terminantemente a Vasco Gonçalves, ansiando pelo seu afastamento. O país vivia a “maior crise política depois do 25 de Abril” e o periódico atribuía a culpa a Vasco Gonçalves, já que este se “tornou ponto de discórdia entre os portugueses e verdadeiro símbolo de uma das fações”, segundo Raul Rêgo²⁸. Analisando a produtividade do mesmo governo, Eduardo Paz Ferreira acaba por concluir que este acabou por agravar os problemas já existentes:

Se é possível tirar alguma lição da experiência deste V governo provisório talvez ela seja a de que muitas reuniões não são forçosamente sinal de operatividade e de que as medidas que merecem títulos de imprensa seguidista nem sempre são as que resolvem os problemas do povo português e até por isso a história poderá vir a demonstrar que o V governo provisório mais não fez do que avolumar os problemas que afligem o país e para os quais é necessária uma resposta rápida²⁹.

A substituição de Vasco Gonçalves por Pinheiro de Azevedo vai levar *A Luta* a mudar radicalmente o tom das suas notícias acerca do governo. Quando o novo Executivo (o VI) toma posse, a reação do diário não poderia ser mais positiva. “Perante os problemas do país, governo de esperança”, lia-se numa manchete. Descrevendo o ato de posse, *A Luta* refere:

O próprio ambiente reinante no Palácio de Belém, visto e sentido do lado de cá das câmaras televisivas, dava a sensação de que se começara já a viver novo período da Revolução portuguesa. A ponderação, o bom senso, o sentido das realidades pareciam ter descido àquele cenário tão conhecido da maioria dos portugueses, particularmente depois do 25 de Abril. No rosto de civis e militares, dominava a circunspeção, a dignidade, o peso da responsabilidade³⁰.

²⁸ *A Luta*, 27 de agosto de 1975.

²⁹ *A Luta*, 27 de agosto de 1975.

³⁰ *A Luta*, 20 de setembro de 1975.

Se o objetivo era marcar uma posição de inequívoca identificação com o projeto que significava o Executivo liderado por Pinheiro de Azevedo, dando-lhe cobertura e contribuindo para criar uma imagem de “salvador” do país, então os esforços do jornal são conseguidos. É exatamente com essa sensação que o leitor fica ao folhear as suas páginas e ao ler artigos que, fazendo as piores críticas ao V governo, enaltecem o novo Executivo, numa clara estratégia de o elevar ao estatuto de principal alternativa aos “excessos” a que se tinha vindo a assistir nos últimos tempos. Um outro artigo, desta feita escrito por João Gomes, é disso um dos melhores exemplos. Vejamos o que diz sobre o V governo (embora sem o mencionar):

O país acaba de libertar-se de enorme pesadelo, de tremenda embriaguez coletiva. Cometeram-se erros, alguns com sabor a tragédia. Foi tempo de mediocridade, de demagogia, de oportunismo. Nunca num país tão pequeno tantos pensaram trazer no bolso a panaceia revolucionária (...) Com sobranceira pseudorrevolucionária os pistoleiros da verborreia quase iam atirando o país para a vala comum das nações perdidas³¹.

E sobre o VI governo:

Nunca é tarde para recomeçar a construção do socialismo, sem enjeitar o bom senso e o realismo que só a vontade da maioria pode servir de aferidor e de guia. Com o VI governo e o programa que por ele nos é apontado teremos ultrapassado um dos cabos mais significativos da nossa História, agora que o território nacional se circunscreve ao retângulo europeu e às portuguesas ilhas do Atlântico³².

Dois governos, duas posições distintas d'*A Luta*, não restando dúvidas do apoio do jornal ao VI governo provisório, constituído tendo em consideração a representação partidária da Assembleia Constituinte. Portanto, respeitando os resultados das primeiras eleições livres e por sufrágio direto e universal que se realizaram em Portugal. Efetivamente, a luta política não baixava de intensidade e o jornal assumia claramente o seu papel de ator político no processo.

Relativamente às fontes privilegiadas pelo jornal, salienta-se, desde logo, e sem surpresas, o PS. As fontes relacionadas com o partido constituíam, de facto, uma peça relevante no quotidiano da redação d'*A Luta*, já que muitos dos contactos e informações que obtinha em primeira mão vinham por essa via. “Nós através do Partido Socialista tínhamos todos os contactos políticos e tínhamos todas as informações”, recorda João Gomes³³. Ele próprio, inserido na estrutura do partido, tinha, naturalmente, muitas informações exclusivas. Quanto a outros partidos, nomeadamente os “de direita”, conta Grego Esteves: “eles próprios é que nos procuravam”³⁴, dado que não encontravam espaço nem protagonismo em muitos dos outros periódicos.

³¹ *A Luta*, 23 de setembro de 1975.

³² *A Luta*, 23 de setembro de 1975.

³³ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

³⁴ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

A par das fontes partidárias, o jornal de Raul Rêgo tinha ainda contactos concretos com forças militares. Neste caso, diziam respeito a uma fação particular do MFA: o Grupo dos Nove. Como recorda Francisco Belard, o “Grupo dos Nove foi fonte para *A Luta*, para o semanário *O Jornal*, foi fonte para o *Jornal Novo*... Eram jornais através dos quais o Grupo dos Nove atuava porque tinha lá pessoas que conhecia”³⁵. Tratava-se, de um grupo de militares de esquerda, partidário da via da democracia representativa (Rezola, 2006, pp. 349-353), tal como o jornal da Rua do Loreto.

Finalmente, refira-se que, talvez devido ao facto de assumir o seu posicionamento desde que fora criado, *A Luta* é, desde o início, alvo de algumas ameaças. Logo no primeiro número, o periódico dá conta de que fora montado, na madrugada anterior, um dispositivo de segurança da Polícia de Segurança Pública e COPCON, pois haviam sido informados de que “brigadas civis ligadas a agrupamentos políticos de extrema-esquerda planeavam assaltos a vários jornais (*A Luta*, *Expresso*, *Jornal Novo* e *O Jornal*)”³⁶. Noutros momentos, ocorreram outro tipo de situações, como “caixas deixadas na escada para obrigar a chamar a polícia” ou “ameaças físicas às instalações e às pessoas”, recorda Grego Esteves³⁷. O ambiente turbulento permanecerá até ao *25 de Novembro de 1975*, consensualmente considerado o fim do PREC.

Considerações finais

Durante o processo revolucionário, o jornalismo – e, particularmente, o jornalismo político – esteve completamente afastado da tendência para a neutralidade que caracteriza a profissão, o que, em parte, se poderá dever ao facto de muitos jornalistas serem, simultaneamente, militantes partidários. O que acontece n’*A Luta* não se afasta desta tendência, até porque tanto o seu diretor como o chefe de redação eram fundadores do Partido Socialista e deputados à Assembleia Constituinte. São evidentes as ligações e a sintonia, a nível político-ideológico, do jornal ao PS. O seu líder, Mário Soares, foi, aliás, uma figura determinante na criação e recolha de apoios para o periódico. Essa “colagem” ao partido ficou sempre como um aspeto marcante deste projeto,

Se era propósito deste trabalho aferir os objetivos e envolvimento do jornal nas lutas políticas de 1975, é possível concluir que, de facto, esse envolvimento é notório e o periódico posicionou-se, de forma clara, contra a permanência de Vasco Gonçalves na chefia do V governo, apoiando, por outro lado, o VI governo provisório de Pinheiro de Azevedo e a ação dos militares moderados. Tal é visível nos conteúdos informativos, mas também nas colunas de opinião, que, fundamentalmente, refletem também o posicionamento do próprio jornal: a legitimidade democrática é defendida em muitos destes textos, direta ou indiretamente.

Perante dois governos provisórios (o V e o VI), o periódico adota duas posições distintas, podendo concluir-se que, num momento particularmente “quente” da revolução, em que o país esteve à beira de uma guerra civil, o novo projeto jornalístico de

³⁵ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

³⁶ *A Luta*, 25 de agosto de 1975.

³⁷ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

Raul Rêgo teve como dois dos seus principais objetivos opor-se ao chamado “gonçalvismo”, tal como autores como Mário Mesquita e António Telo avançam sem explorar a questão em detalhe, e defender uma democracia representativa e pluralista para Portugal. Depois de analisado o periódico nestes meses de 1975, parece-nos claro que foi mais uma voz que se fez ouvir nesse sentido.

Em suma, *A Luta* é um ator político que deixa bem patente qual a via política que defende para o país e, nesse sentido, constitui-se, efetivamente, como um contraponto a alguma da imprensa estatizada, numa altura de particular complexidade do processo revolucionário.

Referências Bibliográficas

- Borral, H. (1989). *El periódico, ator político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Cádima, F. R. (2001). Os «Media» na Revolução (1974-1976). In Brito, J. M. Brandão (Coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Ferreira, J. M. (2001). *Portugal em Transe*. In Mattoso, J. (Dir.), *História de Portugal*, Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais como Atores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Foyos, P. (2016). *O Caso do Jornal Assaltado*. Lisboa: Prelo.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. (Tese de Doutoramento em História Contemporânea. NOVA-FCSH, Portugal).
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mesquita, M. (1994a). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. (1994b). O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16: 507-554.
- Palla, M. A. & Reis, P. (2014). *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima.
- Rebelo, J. (1994). Imagens de um Pretérito Imperfeito. In Rebelo, J. e Mesquita, M. (Orgs.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.
- Reis, A. (1993). A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”. In Reis, A. (Dir.), *Portugal Contemporâneo*. (Vol. 3). Lisboa: Publicações Alfa.
- Reis, A. (1999). O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista. In Rosas, F. (Coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- Rezola, M. I. (2006). *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Rezola, M. I. (2014). A RTP no PREC (1974-1975): «sem recuos nem tibiezas em ordem à limpeza radical». In Rezola, M. I. e Gomes, P. M. (Coords.), *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta da china.
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, R. (2017). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra.

- Seaton, J. & Pimlott, B. (1983). The Portuguese media in transition. In Maxwell, K. (Ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à atualidade*, (Vol. I). Lisboa: Presença.

Nota biográfica

Pedro Marques Gomes é Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. Autor do livro *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975* (Alêtheia, 2014).

ORCID ID: 0000-0002-3189-3388

Email: pedromarquesgomes@gmail.com

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal; Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Av. de Berna 26, 1050-099 Lisboa, Portugal

*Submetido: 2019.01.11

*Aceite: 2019.06.03